

MUSEU DA PESSOA

História

Percursos na vida política: da desenvoltura infantil aos mandatos eletivos

História de: [Geraldo Magela Pereira](#)

Autor: [Ana Paula](#)

Publicado em: 27/06/2021

Sinopse

Nesta entrevista, Geraldo nos relata sobre sua infância pobre, o que o levou a trabalhar muito cedo, principalmente, após a morte do pai e do irmão mais velho. Através da atuação como bancário concursado no Banco do Brasil, foi transferido para Brasília, iniciando sua trajetória política, ainda durante o período da ditadura militar. Teve forte participação na criação e na consolidação do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal.

História completa

Memória Compartilhada: A luta pela autonomia política do DF Realização Instituto Museu da Pessoa Entrevista de Geraldo Magela Pereira Entrevistado por Luís Egito e Lenir Justo Brasília, 12 de março de 2009 Código: MDF_HV_028 Transcrito por Denise Yonamine Revisado por Cristiane Pessoa da Cunha P/1 – Bom dia Geraldo, muito obrigado por ter aceito o nosso convite, queria que, por favor, você iniciasse dizendo o seu nome completo, o local e a data do seu nascimento. R – Geraldo Magela Pereira, eu nasci em Patos de Minas, Minas Gerais, no dia 26 de dezembro de 1956. P/1 – Qual a sua atividade atual? R – Sou deputado federal. P/1 – Está exercendo o mandato por qual partido? R – Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal. P/1 – O nome dos seus pais? R – Geraldo Pereira de Castro e Francisca Escolástica Pereira. P/1 – Qual era a atividade do seu pai? R – Meu pai era lavrador, morreu trabalhando como lavrador e minha mãe era do lar, não tinha profissão. P/1 – Seus avós você conheceu? R - Conheci as avós, os avós não. P/1 – Tem notícia da origem dos seus avós, se eles foram para Patos de Minas, se eles eram do local, se eles migraram para lá? R - Eram da região, como Minas é uma região, na verdade, da região de Patos de Minas, Patrocínio, Coromandel, região maior do que a cidade, mas da região. E também eram de origem do trabalho da terra. P/1 – Seu pai era proprietário? R – Não, meu pai era lavrador, era empregado, empregado de uma fazenda. P/1 – E como é que era a sua casa? A casa da sua infância? R – A casa da minha infância era a casa de um agregado de fazenda, de uma pessoa simples que tinha uma família grande. Eu sou o sexto de nove filhos e uma casa muito simples, uma família muito simples. Na verdade, quando o meu pai faleceu, ele teve um enfarte fulminante com 45 anos de idade e eu tinha 6 anos de idade, além de mim ficaram outros oito irmãos, dos quais três menores do que eu e o menor tinha seis meses de vida. P/1 – Como é que a vida transcorreu depois desse... R - Com muita dificuldade. Na verdade uma família que gira em torno do pai, o irmão mais velho, meu irmão mais velho tinha 21 anos, trabalhava também na roça, então uma família sem... com os filhos maiores sem profissão, com a mãe sem profissão, pobres tendo perdido o pai, o dono da fazenda se desfz do encargo da família e mandou pra cidade. Então foi um período muito difícil, o que de certa forma nos protegeu foi que meu pai, em vida, construiu uma casa na cidade, então pelo menos nós tínhamos um teto e com o teto certamente você mantém a família unida. Mas a minha mãe teve uma dificuldade muito grande porque menos de um ano depois da morte do meu pai, com 11 meses depois de perder meu pai, minha mãe perdeu o filho mais velho. Então a vida de muitíssima dificuldade, com histórico de fome, de começar a trabalhar aos 9 anos de idade para ajudar a colocar alimento em casa, porque de fato era uma história de todos terem que trabalhar pra tentar comer, então um histórico de muitíssimas dificuldades. P/1 – E como é que foi esse teu envolvimento com o mundo do trabalho numa idade tão prematura lá em Patos de Minas? R – Esse é um processo muito agressivo pra criança, uma criança de 9 anos ter que trabalhar, às vezes trabalhar o dia inteiro, vender pão na rua, vender pirulito na rua, engraxar sapato, enfim, muitas atividades, a infância fica prejudicada. Isso foi, praticamente, com todos os meus irmãos. Claro que os três mais novos tiveram um pouco diferente porque já... os mais velhos já foram ajudando no sustento da casa, mas praticamente não existiu infância, né? Com 6 anos de idade você perde seu pai, tendo que começar a trabalhar com 9 anos de idade, então a infância praticamente não existiu. P/1 – Como é que esse garoto Geraldo se divertia ou não se divertia? Ele tinha alguma brincadeira, ele tinha...? R – Ah tinha, criança arruma jeito de se divertir de qualquer forma, mas eu me lembro, assim, umas passagens da minha infância que me são muito presentes até hoje. Na casa em que eu morava tinha um quintal, tinha árvores frutíferas e os nossos brinquedos eram com as frutas que caíam do pé que a gente inventava brinquedos porque nós não tínhamos como... minha mãe não tinha como comprar presentes para nos dar, porque não tinha dinheiro, então a gente inventava o brinquedo ali com árvores, com as frutas, enfim, inventávamos. Mas tinha também um... eu morava numa região que éramos todos iguais, todos pobres e acabava que nós nos divertíamos por pouco tempo, porque nessa região e nessa época, praticamente todas as crianças tinham que ajudar de alguma forma, naquela região em que eu vivia, na sobrevivência da família. Então o pouco tempo que nós tínhamos nós nos juntávamos para brincar de futebol, principalmente, meia hora era meia hora de futebol, era meia hora de juntar os amigos e... P/1 – O seu trabalho tinha alguma coisa específica ou você atirava para muitas atividades? R - Como? Na época de criança? Inventava o que era possível. Eu me lembro que a minha mãe fazia pirulito pra gente vender na rua

e nós saíamos vendendo na rua, engraxava sapato aos sábados, porque você não tinha como engraxar todo dia. Então no interior, o povo só engraxava o sapato dia de sábado; aos sábados passava o dia inteiro fazendo... engraxando sapatos. Tem um fato interessante: naquela época as beneficiadoras de feijão, de arroz, não tinham máquinas que faziam separação mecânica, então a minha mãe coletava, trazia pra casa sacos de feijão pra gente separar o que era feijão bom, o que era feijão ruim manualmente. Às vezes a gente passava uma parte do dia, entrava pela noite fazendo aquilo pra ganhar um dinheirinho, mas também tinha muito aquilo da invenção pela sobrevivência. Como a gente tinha quintal, a gente acabava fazendo horta no quintal, criava galinha, criava porco até conseguir ter alguma coisa. Minha mãe tinha muita habilidade para costurar, pra bordar e ela fazia isso dia e noite, vendia, comprava sobras de pano nas alfaiatarias e costurava, vendia aquilo e a gente... era um mutirão pela sobrevivência. Comandados naturalmente pela minha mãe que era uma mulher de muita energia. A minha mãe, assim, eu costumo dizer que é o meu parâmetro de vida: minha mãe ficou viúva com 35 anos de idade, com nove filhos; perdeu o seu filho mais velho menos de um ano depois de perder o marido, nunca mais namorou, nunca mais casou e passou a viver em função dos filhos. E buscando colocá-los na retidão, na retidão da vida e ela conseguiu isso, conseguiu isso. P/1 – E sua escola, primeira escola? Lembra da primeira escola? R – Claro, me lembro. A primeira escola foi perto da minha casa, era também uma escola da região pobre, né, com muita, muitas limitações e com muitas dificuldades, me lembro perfeitamente... P/1 – Alguma professora que tenha te marcado nessa época? R – Todas, né, as professoras de primários normalmente são mulheres e são muito maternais, são muito... mas praticamente todas, me lembro cada uma com a sua característica, com a sua força. O que eu mais me lembro desta época é que eu sempre tive uma personalidade muito forte e busquei sempre tomar iniciativas. E já no primário eu já sabia onde eu queria sentar, já sabia o quê que eu queria em cada sala e o quê que eu não queria em cada matéria. E sempre tive uma aptidão muito grande pras áreas de humanas e muitas dificuldades pras áreas de exatas, isso desde criança. Sempre tive muita iniciativa de brincadeiras, de enfim, de ajudar e dentro da escola, desde o primário, talvez eu tenha desenvolvido essa coisa pra fazer política. P/1 – Foi daí que talvez tenha nascido... R – É, ou que tenha despertado, né [risos]? P/1 – A sua, você fica em Patos de Minas até quando? R – Até 1977, quando eu saio de Patos pra tomar posse de um emprego no Banco do Brasil na cidade de... na verdade eu saio antes, em 1976, eu saio em 1976 e vou morar em Uberlândia. Um ano depois eu fui de Uberlândia pra Frutal, onde tomei posse no Banco do Brasil, um emprego no Banco do Brasil. Depois eu fui a Itapagipe que é uma cidade perto de Frutal e daí eu vim pra Brasília, onde eu cheguei em março de 1979. Então a minha chegada a Brasília foi no mês de março de 1979. P/1 – Só recuperando um pouquinho essa infância difícil, essa luta da sua mãe e tudo mais até o momento em que o jovem Geraldo resolve encarar um concurso para o Banco do Brasil que não era uma coisa exatamente fácil e descomplicada, não é? Como é que deu-se esse processo? R – Não, na verdade a ida... eu passei ao mesmo tempo em dois concursos para bancos, um do Banco do Brasil e um da Caixa Econômica Federal praticamente ao mesmo tempo. Eu, como disse, comecei a trabalhar com 9 anos de idade, mas já aos 12 anos eu já tinha um trabalho fixo, já trabalhava em escritório de contabilidade e aí comecei a... claro, trabalhava o dia inteiro e estudava à noite e conclui o segundo grau - a época chamava segundo grau - e imediatamente passei no Banco do Brasil, no concurso do Banco do Brasil. E foi meio que um processo bem natural, eu já trabalhava em escritório de contabilidade, já tinha uma aptidão para essa área e foi fácil passar. Um concurso difícil, na época era um concurso nacional, mas eu tinha muita aptidão, tanto que eu passei simultaneamente em dois concursos, porque eu trabalhava muito com essa área também e estudava. P/1 – Mesmo sem aquele talento lá atrás pras exatas? R – Ah, não, sim, mas aí é que no concurso do Banco do Brasil era engraçado porque era concurso pra ser bancário, mas era... tinha peso matemática e português, mas o português salvava a matemática [risos]. P/1 – Quando foi a primeira vez que você ouviu o som, a palavra Brasília? R – Talvez a gente tenha que voltar um pouco aí nessa coisa da infância até pra explicar um pouco a minha participação política. Eu desde os primeiros momentos me envolvi em política. Eu com 10 anos de idade já era o orador da turma, com pouco mais já era dirigente de grêmio essas coisas. Então toda a minha vida eu tive uma relação com essa coisa de estar no meio do que se faz de política, mesmo sem ter a consciência do quê que significava aquilo. E eu vim pra Brasília porque na verdade, ao entrar no Banco do Brasil, eu fui pro interior e achava que o interior não era exatamente um lugar pra se fazer carreira. Eu queria estudar, queria ter a possibilidade de... enfim, de não ficar no banco como a lógica de ser bancário a vida toda. E tinha muita dificuldade de ir pra Belo Horizonte, conseguir transferência para Belo Horizonte que era capital do estado, era muito difícil. Então era muito fácil vir pra Brasília, porque Brasília em 1979 ainda era uma cidade em construção e muito pouca gente queria vir pra cá, principalmente quem tivesse carreiras já consolidadas e tal não queria vir pra cá. Então era muito fácil, tanto que eu pedi ao mesmo tempo transferência para Belo Horizonte e para Brasília e me avisaram: para Belo Horizonte a chance de sair é quase zero; para Brasília saiu em menos de três meses. Não era a minha escolha inicial, a minha escolha inicial era Belo Horizonte, mas o destino me trouxe a Brasília. P/1 – Que cidade você encontrou? A cidade que você veio morar o quê que você encontrou aqui em 1979? R - Na verdade em 1979 ainda era um processo... nós vivíamos sob o regime militar, uma ditadura muito forte, já existiam muitas contestações, já existia um processo de luta pelo fim da ditadura, pela democratização do país e Brasília era uma cidade onde se respirava o autoritarismo. Era normal a gente andar pelas ruas da cidade e encontrar com soldados da PE, Polícia do Exército, fazendo ronda ostensiva como se fosse polícia militar. Era normal, às vezes, você encontrar com tanques do exército na rua com... às vezes, com aqueles carros de transporte de soldados para combate, como se tivesse... você respirava um clima de autoritarismo e muita juventude, muita gente querendo respirar outros tipos de ares e que, portanto, era uma contradição, mas não era muito latente. Já tinha tido movimento da UnB [Universidade de Brasília], já tinha tido processo de repressão, então você tinha um momento muito... eu diria, assim, um momento que começava uma transição do autoritarismo, as pessoas querendo... eu cheguei logo no início de 1979 e já comecei a participar da vida política do Distrito Federal. Naquele momento estava sendo criado o sindicato dos professores - eu tenho um irmão que é professor - comecei a participar. Logo depois começou o debate para formação do PT [Partido dos Trabalhadores], eu comecei a entrar, mas logo que eu cheguei em Brasília sempre tive uma ligação muito intensa com a cultura e estava emergindo aqui um movimento cultural de cineclubismo, ligado às projeções de cinema, estudos, a feitura de cinema. Então eu logo me engajei no movimento cineclubista, num cine clube chamado Cine Clube Olhos d' Água que existia nas Quadras 415, 416 Norte, esse nome em razão de um conjunto de olhos d' água que existem na região até hoje. Eu tive a oportunidade de atuar como deputado distrital e elaborar uma lei que preservou aquela região como olhos d' água, mas depois a gente fala sobre isso. E comecei, efetivamente, a minha ação política em Brasília no movimento cultural, no cineclubismo, porque era onde era possível fazer algum tipo de ação política. P/1 – Para aproveitar o embalo das reuniões, dos encontros como ambiente para discussão política, é isso? R - O cineclubismo nesse caso e este, em especial, era um cineclubismo muito político. Aliás, nós sofremos durante um ano, entre 1979 e 1980 em várias visitas... ele funcionava numa escola, várias visitas policiais, toda sessão de projeção de filme tinha gente infiltrada para nos... mas isso era normal na época, Brasília era a cidade da espionagem política, tinha tudo isso. Nós sofremos várias intervenções até uma definitiva da Polícia Federal que apreendeu todos os nossos aparelhos, os filmes, porque nós fizemos uma projeção e um debate sobre a questão indígena e com indigenistas que estavam naquele momento em conflito com a Funai [Fundação Nacional do Índio]. P/1 – E quando foi isso? R - Isso foi no início de 1980, início de 1980. P/1 – E a militância sindical bancária existia em algum momento assim? R – Tão logo eu cheguei como funcionário do Banco do Brasil,

já existia um movimento de oposição bancária liderado pelo Augusto Carvalho, pelo Adelfino da Cassis, por um grupo de bancários na época e eu naturalmente me engajei. Além do movimento cultural, o movimento sindical foi automático, foi mesmo meio que entrando em casa, vindo como bancário, eu tinha que entrar já imediatamente. P/1 – Logo após a sua chegada o sindicato é reconquistado pela oposição sindical? R – Em 1980, nós fizemos a primeira disputa que eu participei: o Augusto foi candidato a presidente; nós numa chapa plural. Naquele momento, nós já tínhamos diferenças, o PT já existia naquele momento, nós já tínhamos criado o PT e o Augusto pertencia ao Partido Comunista Brasileiro, PCB, tinha diferenças, mas ali essas diferenças eram superadas para ganhar o sindicato, tirar das mãos dos pelegos, vamos dizer assim. E conseguimos, em 1980 nós elegemos o Augusto como presidente numa chapa plural. Eu não participei da chapa porque eu não preenchia os requisitos legais, na época, pra entrar na chapa, então nessa primeira direção eu não participei da chapa. Aliás eu nunca fui dirigente sindical, essa é uma característica que há uma confusão. P/1 – E como construir um partido como o PT numa cidade, num distrito onde não havia representação política? R – Essa talvez seja a parte mais rica da história do PT no Distrito Federal e uma parte interessante da representação política, porque todos os outros partidos, as pessoas eram ligadas aos partidos, mas não existiam organicamente. O PT começou a ser discutido efetivamente em 1979, durante... nós criamos oficialmente o PT no dia 10 de fevereiro de 1980, mas a criação oficial é a divulgação do manifesto, portanto, anteriormente havia um processo de gestação de preparação da criação do PT, isso foi 1979. E aqui em Brasília desde o primeiro momento em que o PT começou a ser discutido no ABC, começou a ser discutido em São Paulo, começou a ser discutido com os anistiados que começavam a voltar ao Brasil, nós também começamos a discutir, porque coincidiu com o momento em que emergia o novo sindicalismo, o sindicalismo trazido pelo Lula, que no Distrito Federal vinha com o fortalecimento da oposição do sindicato dos bancários, a criação do sindicato dos professores. Aqui também começava a emergir um movimento sindical junto com o novo sindicalismo e como havia proposta da criação de um novo partido nós nos inserimos nisso, só que nos inserimos de forma diferente dos outros partidos no Distrito Federal, nós fundamos o PT. O PT em 1989, enquanto se discutia a criação já começava a existir aqui também... em 1980 o PT era fundado no país inteiro e aqui também nós fundamos o PT. Mesmo não tendo representação política e não sendo legalizado, as nossas filiações aqui eram filiações extra-oficiais, mas o PT nacional nos aceitava. Isso é que era interessante, o PT nacional desde o primeiro momento nos considerou como uma unidade da federação, como um diretório regional. Tanto que em 1980 nós já tínhamos direção regional e nós só viemos a ter a primeira representação política em 1986, mas nós existíamos desde 1980. P/1 – Quer dizer, existia de fato, mas não de direito, é isso? Quer dizer, institucionalmente o partido... R – Institucionalmente perante a justiça eleitoral, porque não podia, nós não podíamos ter representação política aqui. Então como ninguém aqui votava, nós éramos... a gente costumava dizer e depois o próprio Tancredo Neves assumiu essa ideia de cidade cassada. Como as capitais também não elegiam os seus prefeitos até 1988, nós também éramos uma cidade cassada, as capitais não elegiam prefeitos, nós não elegíamos ninguém. Mas mesmo assim o PT tinha uma representação formal para o PT, mas não para a justiça eleitoral. Então para o PT nós éramos afiliados como quaisquer outros, entendeu? Então não tinha diferença que era uma diferença nossa em relação aos outros partidos do Distrito Federal. Depois que o PT se organizou, dois anos, três anos depois os outros partidos começaram a se organizar também. O PMDB [Movimento Democrático Brasileiro], praticamente o PMDB, os outros partidos nem tanto. P/1 – Nesse momento, quer dizer, havia uma construção de um partido de âmbito nacional e havia essa condição sui generis da sessão do Distrito Federal do PT que tinha essas características que você acaba de relatar, enfim, reconhecida pelo partido, mas sem institucionalidade junto à Justiça Eleitoral. Mas neste momento dentro do diretório, dentro da representação do partido, da seção do partido aqui no Distrito Federal já havia, digamos, a perspectiva da representação política? Já havia como demanda local o projeto de conquista da autonomia política, isso já estava presente em algum momento, neste momento? R – Estava, como eu cheguei em 1979 eu acredito que já antes disso já tinha gente que já levantava essa bandeira de forma muito tímida, porque nós vivíamos sob um regime autoritário, sob uma ditadura. Então imagine, se no Brasil não tinha democracia, pensar na capital da república que nunca tinha tido... como Brasília nunca tinha tido representação política, então era difícil de pensar. Mas na medida em que começa a crescer o movimento para acabar a ditadura, Brasília se insere nisso de forma muito especial, porque se insere para a democratização do país inteiro, mas inserindo Brasília como uma cidade que tem uma população que também está inserida plenamente na democracia. E aí a luta pela representação política começa a crescer, primeiro para eleger os deputados e senadores, para ter representação no Congresso Nacional e, depois claro, pela autonomia política. Então são movimentos que se complementam, mas já desde o primeiro momento, quando o sindicalismo começa a ter força, o movimento estudantil, aí as entidades culturais, as entidades do movimento social, de moradores, aí começa a ter um movimento pela representação política. É claro que isso se fortalece na medida em que os partidos se organizam, porque a associação comercial, a associação dos incansáveis da Ceilândia, DCEs [Diretórios Centrais dos Estudantes], tudo isso, sindicatos lutam pela democracia como um todo, a representação política é uma bandeira mais centralizada nos e pelos partidos políticos. P/1 – Como é que tudo isso, quer dizer, se reflete na grande campanha das Diretas que empolgou o país e que também teve os seus reflexos aqui nesta cidade especial, centro do poder, reprimida sob todos os aspectos, como é que o movimento das Diretas se manifestou aqui na cidade de Brasília? R – Ah, o movimento das Diretas foi um movimento muito forte em Brasília, foi um movimento em que eu diria que a sociedade se envolveu. Nós tivemos aqui manifestações muito vigorosas, eu acho que é histórica a imagem do povo fora do Congresso no dia que a emenda das Diretas foi derrotada, o choro, as lágrimas que o povo colocava pra fora naquele momento foi... aquilo demonstrava um sentimento de Brasília. Brasília jogou muita força na campanha das Diretas, muita força e com expectativa que, vindo as Diretas, viria a democracia pra cidade também, não era... nós nunca conseguimos ver Brasília fora do contexto nacional na democratização, nós nunca conseguimos ver... sempre... a gente sempre colocava não necessariamente a luta pela representação política, mas a gente percebia que a consequência da luta pela democracia seria a representação política da sociedade no Congresso e depois na eleição do governador. P/1 – Então era uma luta dobrada digamos assim, né? R – Então eu diria que era uma luta conjunta, às vezes, ela não era nem tão consciente assim, a bandeira da representação política não era a primeira bandeira que se colocava, era a bandeira das Diretas Já, a bandeira da democracia e a gente percebia que a representação política seria consequência dessa luta maior. P/1 – Perfeito. Como é que todo esse movimento, convívio com esse nível de repressão, que mesmo nos estertores da ditadura ainda tinha lá demonstrações de força, por exemplo, com a decretação de medidas de emergência no Distrito Federal. Como a cidade reagiu a isso? R – Ah, eu acho que a população foi percebendo que a força da sociedade era maior do que dos órgãos de repressão. Nós tivemos alguns episódios aqui de repressão aos movimentos sindicais, aos movimentos de associações de moradores que eram... no momento em que acabava a repressão, parecia que nascia uma força maior das pessoas para retomar a luta pela democracia. Isso era muito, muito importante; você via aquilo nas ruas. Eu que trabalhava no banco, dentro do banco, às vezes você achava que aquela pessoa que tava sentada ao teu lado era um direitista. Aí, quando vinha uma repressão, aquela pessoa se mostrava indignada e aderida. E esse era um processo muito mais forte do que a imagem da bola de neve; cresce o vigor da população na luta pelos seus direitos. É algo incontrolável e você não tem como... e aqui a gente convivia, a gente sabia que ia ter repressão, mas a gente achava que a força era da população, da sociedade, da união, daqueles que lutavam por democracia seria maior, e acabou sendo, acabou sendo. P/1 – E chegamos ao

episódio do colégio eleitoral. Como é que era a sua análise naquele momento, análise do partido aqui no Distrito Federal que, enfim, aquilo era um passo importante? Como é que se avaliava esse processo à época? R – O PT nunca teve ilusão do que seria do Congresso Nacional, nós achávamos que seria possível conquistar a eleição direta, tivemos aquela decepção, porque nós sabemos que o Congresso tinha uma composição desfavorável à sociedade, mas tínhamos a esperança de que a força da mobilização das ruas ia garantir a aprovação da emenda. Com a derrota da emenda, o PT tomou a decisão de não ir ao colégio eleitoral, de não participar do colégio eleitoral, tanto que foi a primeira grande crise do PT. Alguns deputados, dois deputados foram ao colégio eleitoral, mas o PT tinha uma posição clara, nós não vamos compactuar dessa farsa. E hoje fazendo uma avaliação histórica essa talvez tenha sido, na minha avaliação, a decisão mais acertada do PT, porque a não ida do PT que, naquele momento, era um partido emergente, mas que era um partido que já nascia com uma força social relevante, que já era respeitado pela sociedade, mesmo quem não era petista já respeitava o PT. O Lula já era uma liderança forte e o PT dizer: “Não compactuamos com o colégio eleitoral, não participamos do colégio eleitoral”, isso ajudou a fazer a transição, a não ida do PT ao colégio eleitoral ajudou a fazer com que nós tivéssemos a convocação da Constituinte e viéssemos a ter eleições diretas no Brasil. Mas aqui em Brasília, nós sempre tivemos muito claro, nós sempre tivemos um alinhamento muito firme com o PT nacional, batemos muito contra o colégio eleitoral e, desde o primeiro momento, nós denunciávamos o colégio eleitoral. Isso nos dividia, principalmente com a esquerda, porque, por exemplo, o PCB achava que devia ir ao colégio eleitoral, que era uma força importante de esquerda naquele momento, que tinha uma força no movimento sindical para nós bancários principalmente, isso era muito difícil porque nós tínhamos uma composição com o PCB no movimento sindical no sindicato dos bancários e nós éramos contra o colégio eleitoral. E o PCB era a favor, então aquilo já estabeleceu uma diferença muito grande entre nós e os comunistas do PCB sob a tática na conjuntura, então isso... Mas o PT sempre teve uma posição, sempre foi pra rua, sempre denunciou. P/1 – E como é que isso se manifesta depois da transição, enfim, morte de Tancredo, posse de Sarney, convocação da Assembléia Constituinte, como é que se constrói aí neste movimento o projeto de representação política, que na verdade foi antes da Constituinte, né? R – É, nós conseguimos fazer a primeira eleição em 1986, elegemos os primeiros senadores e deputados federais em 1986. P/1 – E como é que foi a construção desse processo que redundou na aprovação da emenda constitucional e que desembocou nessas... R – É que na verdade com o processo do colégio eleitoral, com a eleição de Tancredo, com a posse do Sarney, aquilo, o movimento pela democracia no Brasil cresceu e nós éramos... Brasília tinha uma legislação por uma comissão do Senado Federal, então se encaminhou para restabelecer a eleição de prefeitos nas capitais. Seria incoerente dar o direito às capitais de eleger os seus prefeitos e Brasília ficar sem nenhum tipo de representação, aí seria de fato a manutenção de uma condição que vinha desde antes da ditadura, que Brasília foi inaugurada em 1960, mas a ditadura começou em 1964, então não deu nem tempo de discutir se Brasília deveria ter ou não representação política. Como Brasília tinha vivido a maior parte da sua história sob a ditadura militar, era natural que no debate sobre a representação política para as capitais Brasília também entrasse e nós já tínhamos aqui um movimento partidário já vigoroso, outros partidos já estavam organizados em Brasília. O PDT [Partido Democrático Trabalhista] do Brizola, o PMDB já tinha então uma vida partidária já em 1984, 1985 já um pouco mais intensa. Aí foi um pouco natural, já que ia conceder às capitais o direito de eleger os seus prefeitos não tinha razão de não garantir a Brasília a eleição dos seus representantes junto ao Congresso Nacional. E aí foi a partida. Como 1986 elegeu exatamente a Assembléia Constituinte, era natural que Brasília tivesse representação. P/1 – Perfeito. (Troca de fita) (continuação da entrevista) P/1 – Geraldo me conte, por favor, como é que foi esse envolvimento para campanha da primeira representação, essas eleições de 1986 a cidade se mobilizou, teve esse movimento de massa que já começava a se articular dentro do Distrito Federal tomou um partido importante. Como é que foi esse momento, esse contexto? R – Vamos contextualizar: a primeira eleição... como era uma eleição, eu diria, para a Assembléia Constituinte que Brasília... portanto, nunca tinha participado. Ficou um misto do que vai acontecer, o que é isso, pra quê? É isso mesmo? Mas, ao mesmo tempo, a sensação de liberdade, sensação de ter quebrado as algemas e sair para se manifestar. E foi uma eleição atípica, porque nós tínhamos a tal da sublegenda para senadores, que eram ainda um resquício do período autoritário e tínhamos os partidos ainda muito incipientes no Distrito Federal, mas houve um envolvimento da sociedade. A sociedade participou, o PT, particularmente, fez uma campanha vigorosa, nós tivemos, o senador Lauro Campos dentre os três mais votados, mas não eleito porque perdeu pra sub legenda; tivemos o Chico Vigilante como sétimo mais bem votado para deputado federal, mas não eleito em função do partido não ter conseguido o coeficiente eleitoral. O PT teve um excelente desempenho se comparado com o pouco tempo de existência, porque legalmente nós passamos a existir, se não me engano, em 1985, então um ano depois nós já estávamos fazendo eleição, já participando da eleição. Ficamos de fora da Constituinte, o PT no Distrito Federal não elegeu nenhum representante para a Constituinte em função da sublegenda por um lado e do coeficiente eleitoral por outro. P/1 – Mas tinha essa ideia clara de que havia uma combinação de forças em processo, quer dizer, que o partido estava num caminho que iria redundar numa representatividade maior? R – Ah, sem dúvida! O PT no Distrito Federal, desde o primeiro momento, sempre teve uma força muito grande em função da inserção dos seus filiados no movimento social e no movimento sindical. Como o sindicalismo estava também acompanhando o novo sindicalismo vindo do ABC, aqui também tinha um movimento sindical muito forte, os rodoviários, os médicos, os professores, os bancários, os jornalistas. Então tinha um movimento sindical muito forte e como os sindicatos sempre foram muito fortes, o PT tinha a ideia de que ele teria força aqui no Distrito Federal. E, como o PT nasceu também com razoável força no país, nós tínhamos a ideia de que aqui era um bom lugar pro PT firmar suas bases. P/1 – Ok. Essa titulação acompanhou de perto o trabalho dos constituintes, dos representantes locais na Constituinte? R – Ah, sem dúvida, nós não tivemos representantes, mas tão logo instalou a Constituinte, 1987, o PT passou a - junto com outros partidos e, principalmente, junto com o movimento social - incidir sobre os representantes do Distrito Federal na Constituinte sob o Congresso Nacional, primeiro para que a nova Constituição representasse avanços no campo social, como o PT tinha uma força social muito grande esta era a prioridade. A prioridade nem era a questão da representação política, nós lutávamos muito para que os avanços sociais fossem representativos e que tivesse a representação política. Não mais aí a representação política, mas já a autonomia política que o Distrito Federal pudesse ter uma câmara, um parlamento local e pudesse ter o seu governador eleito. A nossa luta aí passou a ser, portanto, pelo direito da autonomia política. P/1 – Quer dizer, isso aí foi finalmente incluído no texto constitucional aprovado em 1988? R – Isso. P/1 – E a campanha para a primeira eleição em Brasília? A primeira eleição de deputados distritais e governador? R – Como nós tínhamos tido uma boa... o PT já tinha conseguido alcançar uma boa performance em 1986 com boas votações para senador, boas votações para deputados; nós partimos então para eleição, para o governo do Distrito Federal, com muita energia, com muita força. Nós confávamos muito no nosso taco, no taco da nossa militância, uma militância muito forte, muito aguerrida. Só que nós fomos jogados no isolamento, a primeira eleição para governador do Distrito Federal foi atípica. Primeiro porque o tribunal eleitoral decidiu que o Joaquim Roriz, que tinha sido nomeado governador, poderia disputar a eleição sem caracterizar reeleição. Isso foi uma anomalia, um negócio absurdo, daquelas coisas que não tem como explicar, mas a justiça eleitoral entendeu que o Roriz poderia se candidatar porque o primeiro mandato não tinha sido por eleição, mesmo não tendo reeleição no Brasil naquele momento. O Maurício Corrêa tinha sido eleito em 1986 como o senador mais bem votado, porque nós votávamos pra três senadores, ele acabou sendo o mais bem votado,

então foi colocado como um candidato natural das esquerdas e de oposição a Roriz em 1990. Só que o PT tinha uma postura muito clara de ter candidatura própria, de ter uma posição própria e nós saímos sozinhos, saiu junto com o Maurício Corrêa toda a esquerda e toda a oposição a Roriz, quase toda oposição a Roriz e ficamos nós isolados. P/1 – Com quem? R - Nós tivemos um problema também dentro do PT. Primeiro nós escolhemos ou foi escolhido o candidato Orlando Cariello, um arquiteto, tinha sido presidente do IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil], uma pessoa muito correta, mas que tinha uma posição muito esquerdista, vamos dizer assim, e confrontante com a linha nacional do PT. E o PT entendeu que ele não podia ser candidato, até porque ele tinha uma postura que poderia não permanecer no PT. E o PT decidiu fazer uma intervenção aqui no Distrito Federal, sacou a candidatura do Orlando Cariello e nós escolhemos um outro candidato que foi o médico Carlos Saraiva e Saraiva que já tinha história dentro do partido. Então foi uma crise em que nós encontramos uma solução tendo uma candidatura, uma pessoa muito correta, muito aguerrida e nós fomos para eleição de 1990 e saímos como um partido vitorioso. Por quê? Porque nós conseguimos ter mais votos com o Carlos Saraiva do que o Maurício Corrêa, ou seja, mesmo sozinhos nós tivemos mais votos que a coligação de apoio ao Maurício Corrêa. Segundo, nós elegemos o senador Lauro Campos, desta vez sem sublegenda nós elegemos e nós elegemos cinco deputados distritais. Então foi uma grande vitória para o PT, nós não tivemos segundo turno, a eleição foi decidida no primeiro turno, o Roriz teve, se não me engano, 54, entre 54 e 55% dos votos, foi eleito em primeiro turno. Mas nós nos firmamos como a oposição ao Roriz, porque mesmo tendo saído sozinhos, isolados, nós tivemos mais votos do que o Maurício Corrêa junto com todos os outros partidos e nos credenciamos para ser a oposição já que também elegemos junto com o partido do Roriz o maior número de deputados distritais. P/1 – Qual foi o seu papel nessa campanha? R – Em 1990 eu era o presidente do partido, eu fui o condutor desse processo de transição de uma candidatura para outra e fui o condutor junto com outros companheiros da campanha de 1990. Naturalmente que eu não era o coordenador da campanha porque tinha uma coordenação, já que eu era candidato a deputado distrital, então eu não podia fazer as duas coisas. Tinha uma coordenação de campanha, mas eu era o presidente do partido e nós chegamos ao final conduzindo o partido para essa vitória, essa primeira grande vitória do PT aqui no Distrito Federal. P/1 – Um condutor e também um descascador de pepinos, né? R – Muito, pepino, né? Esta foi uma eleição muito complicada, nós tínhamos o Lauro Campos que era candidato a senador e era um grande nome na cidade, uma pessoa com altíssima respeitabilidade, um intelectual com convicções muito claras, com formulações muito precisas, mas com temperamento explosivo. Explosivo e nós por várias vezes tivemos que administrar crises, já que ele era a maior liderança do partido; por várias vezes ele entrou em conflito com a campanha, muito temperamental. Além daquele processo que nós tivemos que substituir o candidato a governador, nós tivemos que administrar o temperamento do Lauro Campos durante toda a campanha, foi muito difícil, mas foi uma campanha vitoriosa. Eu me esqueci de falar: nós elegemos cinco deputados distritais, dois deputados federais e um senador. Então, nós só não elegemos o governador, mas no restante nós tivemos uma eleição muito... com resultado eleitoral muito vitorioso, em 1990. P/2 – Geraldo, embora tenha sido uma vitória muito grande do PT, será que se naquele momento vocês tivessem se unido às esquerdas, digamos assim, será que não teriam conseguido eleger um governador? R - Essa é aquela pergunta que não tem resposta, porque o será aí é muito difícil de ser respondido, porque a pergunta ela serve também... ela tem os dois lados: será que se o Maurício Corrêa e os outros partidos não tivessem vindo apoiar o PT, o PT não tivesse ganho a eleição?... P/2 – Também, também. Eu digo, assim, uma união mesmo. R - É, mas ali tinha primeiro, o PT como era um partido muito novo ele queria se firmar, era uma linha política nacional do PT. E desde a nomeação do Roriz para governador do Distrito Federal o PT se opôs a ele, desde o primeiro momento. O que não aconteceu, por exemplo, com o Maurício Corrêa, que o Maurício Corrêa era senador e de certa forma não se opôs à indicação do Roriz, que era uma pessoa de fora de Brasília. Ele era prefeito de Goiânia nomeado e foi sacado pelo Sarney da prefeitura de Goiânia pra vir ser governador do Distrito Federal. E o Maurício Corrêa não se opôs a isso, de certa forma ele, eu diria que deu aval para isso e o PT não, o PT desde o primeiro momento foi oposição ao Roriz, a uma política clientelista, uma política populista de agressão a qualidade de vida da cidade e isso diferenciava a política do PT com a política do Maurício Correia. Então nós não éramos do mesmo tipo de oposição, nós não tínhamos a mesma linha ideológica, nós não tínhamos a mesma avaliação sobre o Roriz e, portanto, tinha uma dificuldade de unificar. E acabou provando, o resultado eleitoral provou que o PT tinha mais força do que os outros juntos, isso faz com que a gente também se pergunte se não foi errado eles não terem nos apoiado? Naquele momento... P/2 – Talvez a solução fosse essa. R – É, mas naquele momento também não tinha como provar que o PT tinha mais força do que os outros, não tinha, até porque o PT não tinha conseguido eleger ninguém em 1986 e os outros partidos tinham, os outros partidos já tinham deputado, já tinham... P/1 – Esse é um caso típico de previsão sobre o passado. E como foi o desempenho do senhor da sua candidatura nessa eleição de 1990? R - Eu fui candidato a deputado distrital, foi a minha primeira candidatura. Em 1986 eu já tinha sido instado a ser candidato a deputado federal, mas era prematuro, não tinha nenhuma condição. Em 1990 eu tinha disputado uma eleição para presidência do sindicato dos bancários em 1989 e tinha... e perdi essa eleição tendo recebido 48% dos votos, então sai da eleição do sindicato dos bancários como uma liderança consolidada no sindicato. Em 1990, portanto, era quase que natural que eu fosse candidato, então eu fui... o PT precisava ter candidatos e eu fui candidato, fiz uma campanha que iniciou no sindicato, no meio dos bancários, no meio da categoria dos bancários, mas que se estendeu e aí eu tive o sucesso eu fui o terceiro mais bem votado na campanha, o segundo do PT e tivemos uma eleição que eu diria até surpreendente para o PT, não pra mim porque eu trabalhei pra ser eleito, mas como eu era... era a minha primeira eleição ninguém sabia da minha capacidade eleitoral. Agora é importante aí, tem um fato que é relevante nessa história: nós estávamos elegendo a Constituinte do Distrito Federal, a primeira bancada que elaboraria a Constituição do Distrito Federal, a sua lei orgânica. E eu ao sair para campanha eu queria ser, queria ter um diferencial, então eu decidi elaborar um anteprojeto de lei orgânica, posso até depois deixar um exemplar com vocês. Porque eu achava que eu não podia ser candidato sem proposta, eu não podia ser candidato só pela minha história até porque eu não tinha aqui no Distrito Federal uma história tão longa assim, tinham outros que tinham histórias até como pioneiros, que tinham histórias até mais antigas e mais ricas do que a minha. Eu tinha que ser uma pessoa que tinha história pela democracia, pelo movimento sindical, mas que também tivesse propostas. Então eu fiz questão de convidar pessoas de diversas áreas profissionais com experiências diversas, professores, advogados, pessoal da área de saúde, pessoal do movimento social e nós elaboramos um projeto de lei orgânica. Então eu era o único candidato que tinha uma proposta pronta e acabada de lei orgânica para o Distrito Federal, apresentei isso na campanha, é claro que isso não tinha condições de se tornar um referencial porque nós tínhamos muitos candidatos, mas certamente eu consegui alguns votos porque era o único que chegava nos debates e: “Olha, eu tenho aqui um projeto de lei orgânica.” Às vezes, as pessoas nem sabiam direito o que era aquilo, era uma coisa nova pra Brasília, mas era um candidato que tinha um diferencial, que tinha um projeto, tinha uma proposta. P/1 – Mas ao fim ao cabo, eleitos tinham um mundo para construir. E aí o quê que vocês fizeram? R - Nós tivemos que construir a lei orgânica e pensar o Distrito Federal. É uma situação de uma unidade da federação diferente, nós somos ao mesmo tempo município e estado, nós cumprimos a dupla função, nós cumprimos a dupla responsabilidade e nós tínhamos que construir uma lei orgânica que não era uma lei orgânica de uma capital de estado e não era uma constituição estadual. Então nós tínhamos que fazer a junção dessas duas coisas, nós temos aqui uma situação complexa: o nosso judiciário não é distrital, ele é federal, isso por si

só já traz uma diferença com os estados. Nós temos aqui que cumprir a função de, ao mesmo tempo, cobrar IPTU que é um imposto municipal e ICMS que é um imposto estadual. Não era fácil de se pensar, mas a primeira legislatura reunia um conjunto de parlamentares com experiências já muito importantes, muitos sindicalistas, um ex governador, vários ex administradores regionais, vários professores universitários, pessoas que vinham da segurança pública, então era... foi uma legislatura muito rica, porque conseguiu trazer experiência de vida profissional e pessoal de gente muito diferente. E nós contamos com muitos técnicos de altíssimo gabarito. P/1 – E o resultado, que avaliação você faz da lei orgânica que foi conseguida aí então? R – É uma lei orgânica progressista. É verdade que nós sofremos a influência da chamada constituinte cidadã, nós tínhamos acabado de ver em 1988 uma promulgação de uma Constituição progressista, avançada, com direitos sociais abrangentes e certamente isso influenciou, mesmo que nem todos os deputados e deputadas distritais fossem progressistas. Tinha um vento soprando no país de progresso e a lei orgânica tem esse viés. P/1 – E como é que você avalia hoje a representação política do Distrito Federal? Quer dizer, ela está respondendo aos anseios da população, a sociedade tem uma interlocução, enfim, produtiva com essa representação? Como é que você avalia isso? R – Há uma grande confusão em Brasília entre a representação política no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa... P/1 – Não, eu digo na Câmara mesmo. R - Mas é importante a gente até fazer esse paralelo, porque é o seguinte: Brasília é o único local que você pode falar com o deputado distrital e o deputado federal e o senador da sua região ao mesmo tempo. Isso não acontece com outros estados porque o deputado estadual está na capital do estado dele e o deputado federal e o senador estão aqui em Brasília. Mas em Brasília, o deputado distrital, o deputado federal e o senador estão no mesmo lugar, então você acaba podendo encontrar e, às vezes, para o eleitor há uma confusão do papel de cada um. O quê que cada um faz? O quê que o deputado distrital faz, o quê que o deputado federal faz? Hoje isso já tá um pouco mais claro, mas no início isso era muito complexo, era muito confuso você explicar a diferença pra um e pra outro, eu avalio que a representação da sociedade na Câmara Legislativa é o reflexo das disputas que nós temos hoje. Hoje nós temos muitos empresários da área de segurança privada, locadores de mão de obra, por quê? Porque há um investimento muito pesado desses empresários para eleger os seus representantes. Nós temos pelo menos 3 dos 24, ou seja, é um negócio assustador, nós temos representantes de corporações, só a segurança pública tem dois representantes, um bombeiro e um policial... não, tem mais! São três: um policial civil, um policial militar e um bombeiro. Então a representação na Câmara Legislativa hoje ela é muito segmentada, ela não é uma representação de opinião, nós temos poucos deputados distritais que representam voto de opinião, que não representam um segmento social, que estão lá como representantes de um número de eleitores, mas que representam a sociedade como um todo. Os outros são representantes desses segmentos, são corporativos, isso é absolutamente legítimo, mas isso também representa uma certa distorção na representação da sociedade. P/1 – Certamente. Como é que foi a sua transição da Câmara Distrital para Câmara dos Deputados? R – Como assim? P/1 – Você é deputado...? R – Federal, mas o que você chama de transição? P/1 – Quando você decide disputar uma vaga no Congresso, enfim, já num outro nível de representação. R - Primeiro eu acho que é importante dizer o seguinte, em 1994 o PT ganha o governo do Distrito Federal, eu era presidente do PT nessa época, eu fui presidente do PT três vezes, durante três mandatos, em momentos distintos, eu dirigi o PT. Em 1994 eu era o presidente do PT, nós ganhamos o governo, eu, portanto, em 1994 fui eleito deputado distrital pela segunda vez, fui pro meu segundo mandato. No primeiro mandato eu tinha sido deputado de oposição, Constituinte, mas de oposição; no segundo mandato eu fui deputado governista e fui presidente da Câmara Legislativa durante os dois primeiros anos do governo petista, eu fui presidente da Câmara, entre 1995 e 1996. Logo depois eu fui líder do governo do Cristovam na Câmara e depois eu fui convidado para ser secretário de habitação. Eu compreendia, portanto, ao final do governo do PT que tinha completado um ciclo da minha ação, do meu papel como deputado distrital, dois mandatos constituinte, presidente da Câmara, líder do PT, líder do governo, secretário de governo, então eu percebi que tinha completado um ciclo, aí decidi ser, não isoladamente, com o coletivo, eu sempre mantive o coletivo do mandato uma decisão coletiva, polêmica, mas nós decidimos que eu seria candidato a deputado federal. Uma eleição muito difícil, nós tínhamos dois deputados federais Chico Vigilante e Maria Laura e era uma eleição muito complexa, muito difícil, mas mesmo assim eu decidi me arriscar e fui eleito deputado federal em 1998. O PT perde eleição para o governo do Distrito Federal e nós voltamos a ser oposição tanto no plano local quanto no plano federal. P/1 – Quer dizer, juntando toda essa experiência tanto da militância política quanto da participação na Câmara Distrital e, sobretudo, com esse cargo no governo Cristovam numa área tão sensível e tão problemática que é a habitação no Distrito Federal, como é que hoje você enxerga os grandes desafios de Brasília e Distrito Federal? O quê que precisa ser resolvido, o quê que está posto no horizonte dos problemas urgentes dessa região? R - Ah, Brasília chega aos 50 anos com muitos problemas, são 50 anos de acumulação de problemas, principalmente pelo abandono do planejamento. O governo de Roriz, desde o primeiro momento em 1988 quando ele tomou posse, abandonou o planejamento. Brasília que tinha sido planejada, que tinha uma previsão pra chegar no ano 2000 com 500 mil habitantes. Em 1988 promove um boom, um desordenamento absoluto na sua ocupação territorial, uma entrega desenfreada de lotes que provoca uma migração, resolve o problema habitacional de muita gente que tinha uma demanda por solução habitacional, mas também provoca uma corrida desenfreada migratória, trazendo em consequência todos os problemas característicos de uma ocupação desordenada, de um inchaço populacional, insegurança, demanda por serviços de saúde, transporte. E hoje nós temos alguns que estão absolutamente fora de controle: segurança pública hoje está absolutamente fora de controle, a saúde pública sem nenhuma condição de administração adequada racional porque nós sofremos a pressão de toda a região do entorno e de outros estados. Não há planejamento de ocupação territorial adequado, então nós hoje vivemos os problemas característicos das metrópoles que cresceram desordenadamente, com um agravante, que é a diferença enorme que existe entre a menor e a maior renda do Distrito Federal, porque nós aqui concentramos a maior, as maiores rendas do país e as menores ao mesmo tempo. Isso naturalmente provoca uma desagregação social profunda, inclusive um apartheid social muito grande. P/1 – Eu não vou lhe pedir nenhum exercício de futurologia, mas que futuro se projeta pra esse quadro tão exclusivo digamos assim, que futuro se espera ou se requer, que se pode construir para essa cidade, pra essa região? R - Primeiro eu não acredito que haja soluções mágicas em administração pública, é planejamento, é preciso retomar a função estatal de planejar. O governo, qualquer que seja ele, tem que assumir um papel de pensar como ocupar o solo, como fazer o crescimento tanto o crescimento populacional quanto pensar como é que nós vamos pensar como é que nós vamos atender as demandas da sociedade de forma planejada. Brasília tem ainda condições de fazer isso, nós temos um trânsito hoje que é uma coisa assustadora, nós não temos qualquer planejamento neste momento para daqui a 10 ou 20 anos como fazer o trânsito de Brasília fluir, nós vamos ter que pensar em transporte de massas que seja economicamente viável e que seja, que atenda a população. Mas eu não vejo, não tem como responder um por um os problemas de Brasília, a minha visão é que só tem como pensar numa solução para Brasília se houver planejamento. E nós temos um grande desafio como gerar emprego e renda no Distrito Federal para sairmos do mais elevado índice de desemprego do país hoje nas grandes cidades, enquanto o Brasil está hoje com cerca de 8% de desemprego, Brasília tem 18%. P/1 – Você consegue identificar nos entes aí responsáveis pela gestão do Distrito e da cidade uma preocupação no sentido de articular as políticas públicas que enfrentem esses problemas que você tão bem equacionou? R – Eu vejo que há um rompimento da lógica que prevaleceu, predominou no Distrito Federal durante 14 anos sobre o governo Roriz que é o da ausência absoluta de planejamento em nenhum setor, em

nenhum sentido. Então esta lógica foi rompida durante quatro anos pelo governo do PT que tinha inclusive uma bandeira do governo da legalidade, Brasília Legal e que trabalhou de certa forma com algum tipo de planejamento, muito pouco. Com a entrada de Arruda no governo do Distrito Federal, em que pese todas as críticas, há também um rompimento com a lógica da ocupação desordenada do solo, com a falta de planejamento, não há uma política de planejamento de curto, médio e longo prazo, não há. O grande defeito do governo Arruda é o planejamento do curto prazo, de trabalhar no curto prazo, esse é um erro, mas já há um rompimento com a lógica de nenhum tipo de planejamento, de que seja o que Deus quiser. P/1 – Para encerrar, eu gostaria que você avaliasse esse esforço de recuperação da história da autonomia política de Brasília, como é que você encara esse esforço do projeto? R – Eu saúdo que tenha uma preocupação de escrever e contar com os personagens da história podendo ser os relatores e os testemunhas dessa história, até porque como cada um vive a sua história dentro de uma história mais ampla ou história social. Se cada um de nós puder testemunhar neste momento o que nós vivemos recentemente, o que nós estamos vivendo hoje, certamente a história será contada com mais precisão, terá mais legitimidade e eu acho que isso, com este projeto, é conseguido, porque quem está falando, quem está contando a história é quem viveu, quem construiu a história e não do ouvir dizer ou resgate de longa data. Não, nós estamos contando aqui e checando cada versão, cada pedaço um com o outro, costurando essa história. E eu acho que isso é muito importante, Brasília deixou de ser uma cidade caçada, tem a sua representação política, a sua autonomia política com todos os problemas que são inerentes a democracia, mas sem dúvida a população hoje pode se representar seja nos seus parlamentares, seja no seu governo e isso é muito importante. E acho que o resgate dessa história é muito importante para que nós possamos tê-la não apenas agora, mas que ela possa ser atualizada na medida em que ela se desenvolve. P/1 – É esse o espírito da coisa, o quê que você achou de ter dado esse depoimento, como você se sentiu nos dando esse depoimento? R – Eu, primeiro, me senti muito feliz de poder estar relatando aqui um pedaço daquilo que eu vivi, que eu vivo e de trazer um pouco do sonho que nós sonhamos juntos e que estamos realizando, estamos conseguindo realizar e, principalmente, por ser parte desse processo, eu sou funcionário do Banco do Brasil, acho que a Fundação Banco do Brasil tem um papel histórico também muito importante, sempre foi uma fundação preocupada com o aspecto social e agora se preocupando com a história do nosso país é algo pra ser aplaudido. P/1 – Bom, em nome da Fundação, do Museu da Pessoa e da Abravídeo, eu te agradeço muitíssimo a gentileza de ter dado esse depoimento muito rico, tenha certeza disso. R – Obrigado. P/1 – Obrigado você. -----Fim da entrevista----